

## Sociedade Portuguesa de Educação Física: Presença e Projecto

Francisco Sobral \*

Ao inscrever a formação de professores entre as linhas prioritárias do seu programa, a Direcção da SPEF teve em conta as transformações estruturais, conjunturais e mesmo circunstanciais que, de formas diversas, implicam os professores de Educação Física nos vários espaços da sua intervenção profissional.

*Transformações estruturais*, desde logo, as que decorrem de uma ampla produção legislativa, conferindo ao exercício profissional um enquadramento orgânico e jurídico levado a limites impensáveis ainda há poucos anos.

Temos, cada um de nós, o direito de apreciar os fundamentos doutrinários e as soluções estipuladas à luz das nossas próprias convicções. Doravante, porém, os nossos acordos e as nossas discordâncias não estarão confinados ao terreno da retórica. Têm referências concretas nos diplomas legais que regulamentam a educação, a educação física e o desporto. Ao assumir compromissos em letra de lei, o Estado contrai obrigações cuja realização a sociedade civil deverá vigiar e impôr.

No nosso domínio profissional não temos ainda, é certo, as condições a que justamente aspiramos. O que somos é, todos, agora, muito mais responsáveis por elas.

Toda a nossa perspectiva passou a ser determinada por dois documentos fundamentais: a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei de Bases do Sistema Desportivo. Não cremos existir no país nenhum outro grupo profissional a quem tenha sido atribuído um tamanho privilégio: o de proceder, em extensão e em profundidade, ao reexame do signifi-

---

\* Presidente da SPEF.

Boletim SPEF, n.º 1 Primavera de 1991, pp. 5-7.

cado, das condições e do alcance real do exercício da sua profissão. O problema da formação (inicial, após-graduada e contínua) adquire, neste contexto, uma importância indiscutível.

Perfilam-se também argumentos de conjuntura que relevam da nossa integração europeia. Portugal tem um arrastado período de formação de professores de Educação Física (5 anos contra 4 nos restantes países da Comunidade). Em contrapartida, a formação inicial não contempla novas áreas de intervenção, pelo menos com a necessária expressão e consistência, apesar de serem cada vez mais os professores de Educação Física que exercem novas competências em entidades públicas e privadas, em regime de precária regulamentação.

Os programas de formação precisam de ser harmonizados com as tendências e as práticas prevalentes nos países comunitários. O espaço único europeu não será apenas um desafio real para outros sectores de actividade, para outras profissões. Até onde estaremos nós apetrechados para enfrentar uma concorrência aberta, eis a questão que se nos impõe numa Europa onde o número de professores de Educação Física é já excedentário em alguns países. Na Bélgica, por exemplo, em 1984, os licenciados em Educação Física no desemprego representavam 69,2 % daqueles que tinham concluído o curso nos três anos anteriores. A tendência ter-se-á entretanto consolidado.

A situação portuguesa é, por enquanto, substancialmente diversa, mas importa ir considerando a nossa capacidade de absorver aqueles excedentes na Europa da livre circulação dos trabalhadores. Todas as áreas da nossa intervenção profissional são igualmente vulneráveis. A diversidade linguística não pode, à luz do direito comunitário, constituir impedimento definitivo para o acesso a funções docentes no ensino público de qualquer país membro. Esta questão, geradora de alguns equívocos, foi objecto de especial tratamento no I Fórum de Presidentes de Sociedades Europeias de Educação Física que se realizou recentemente em Bruxelas.

*Transformações conjunturais* também, aquelas que relevam de novas atitudes e disposições relativas à função docente, à carreira de professor e ao interesse que as universidades manifestam para acolher a Educação Física e as Ciências do Desporto entre os seus programas de licenciatura.

Três lustros decorridos sobre a consagração universitária da formação em Educação Física, num processo que teve os seus incidentes e arriscou alguns retrocessos, a situação é, neste momento, *explosiva*, nas diversas acepções da palavra. Foi, depois de Lisboa e Porto, Vila Real. Seguiu-se-lhe a Madeira. Coimbra já consagrou, em Senado, a criação da sua faculdade. A Universidade dos Açores vai a caminho. A Universidade da Beira Interior já manifestou a intenção de, a médio prazo, alargar à Educação Física a sua oferta de estudos. As Escolas Superiores de Educação vieram ampliar significativamente a base de formação e os problemas decorrentes de concepções, programas e vocações heterogé-

neas. Aprestam-se já as universidades privadas para engrossar este caudal. O país parece ter, nesta matéria, mais fôlego do que oxigénio.

Ao lado de discutirmos benefícios e malefícios desta proliferação inusitada, o mais importante é cuidarmos de antecipar as suas consequências para a qualidade e a coerência da formação.

Mais faculdades e departamentos não são um mal em si mesmos, desde que bem dimensionados e integrados nas respectivas universidades, aproveitando recursos já disponíveis e participando com o seu cunho específico em estratégias de desenvolvimento regional. Contudo, proceder por um mero efeito de moda pode trazer consequências perversas para a imagem e credibilidade públicas da profissão.

Os professores de Educação Física e as suas organizações de classe não podem eximir-se à vigilância crítica sobre um sistema de formação que, sendo cada vez mais amplo, arrisca ser também cada vez mais complexo e contraditório. A formação de professores não é assunto exclusivo das instituições formadoras, não pode ser deixado ao arbítrio das universidades. Por outro lado, o estatuto da carreira docente vem aí com novos desafios em termos de inovação e flexibilização de iniciativas. A formação inicial e a formação complementar adquirem, nestas circunstâncias, um papel decisivo na criação de novas competências e no reforço de uma cultura da profissão.

*Cultura da profissão* — e quão necessário é retomar este conceito e promovê-lo à dimensão de um projecto. Numa altura em que o alargamento do campo científico veio introduzir factores de crise na delimitação conceptual e funcional da disciplina, é do próprio campo profissional (da sua componente académica, é certo) que se erguem as forças da dissolução. A coberto de um discurso rebuscado e fantasista, fazendo apelo a terminologias importadas e mal assimiladas, a Educação Física sofre um assédio que levará, inexoravelmente, à sua desqualificação pedagógica e à perda de identidade disciplinar se esta tendência não for sustida.

Sê-lo-á, estamos persuadidos, pela vertente cultural; pelo debate sério das implicações científicas e doutrinárias que emergem num quadro de mudança; pela mobilização de todos os profissionais na defesa e consolidação daquela identidade. Somos um percurso de 50 anos que não nos envergonha nem nos seniliza. Temos a maturidade profissional bastante para não nos deixarmos iludir com os trejeitos de um modernismo pos-tiço.

A SPEF não tem uma receita para este combate. O seu projecto é reunir os profissionais num grande esforço de reflexão comum, retomar princípios, promover um discurso que nos represente e nos galvanize. Percursos e discursos da formação é, por isso, muito mais do que um título feliz para um primeiro encontro — é o balanço necessário em vésperas de desafiar o futuro pelos nossos próprios passos, com as nossas próprias mãos.